

Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026

Relatório Intercalar

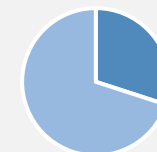
março de 2024

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 (ETDAP 2021-2026) está assente em seis linhas estratégicas e tem como um dos seus principais objetivos a promoção de melhores serviços públicos para o cidadão e para as empresas, através da exploração do potencial de transformação das tecnologias digitais e da utilização inteligente dos dados. A ETDAP 2021-2026 prevê a execução do Plano de Ação 2021-2023, com medidas transversais a toda a Administração Pública, bem como o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas setoriais, entre 2021 e 2026.

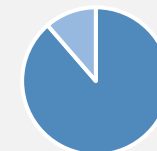
O progresso alcançado até ao momento contribuiu para concretização de 12 dos 40 objetivos estratégicos da ETDAP 2021-2026, através da conclusão de 39 ações transversais e 124 iniciativas setoriais, havendo um conjunto de iniciativas, ainda em curso, que terão continuidade no próximo triénio. Previa-se um investimento total na ordem dos 217 milhões de euros, tendo já sido executados 26,9 milhões de euros com o Plano de Ação 2021-2023 e 46 milhões de euros com as iniciativas setoriais.

Para além da análise do ponto de situação da ETDAP 2021-2026, o presente balanço intercalar permitiu identificar oportunidades de melhoria e propor recomendações para o quadro temporal remanescente.



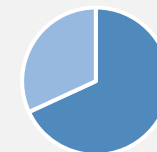
12

Objetivos estratégicos cumpridos



39

Ações transversais concluídas



124

Iniciativas setoriais concluídas

Índice



01	Enquadramento	05
02	Ponto de Situação da ETDAP 2021-2026	08
03	Plano de Ação 2021-2023	16
04	Iniciativas Setoriais	25
05	Conclusões e Recomendações	32
06	Anexos	36

01

ENQUADRAMENTO

01 ENQUADRAMENTO

Administração Pública mais digital: melhores serviços, maior valor

A Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 (ETDAP 2021-2026) procura contribuir para a Transformação da Administração Pública de forma a que esta seja mais responsiva às expectativas dos cidadãos e empresas, preste serviços mais simples, integrados e inclusivos, funcione de forma mais eficiente, inteligente e transparente através da exploração do potencial de transformação das tecnologias digitais e da utilização inteligente dos dados.

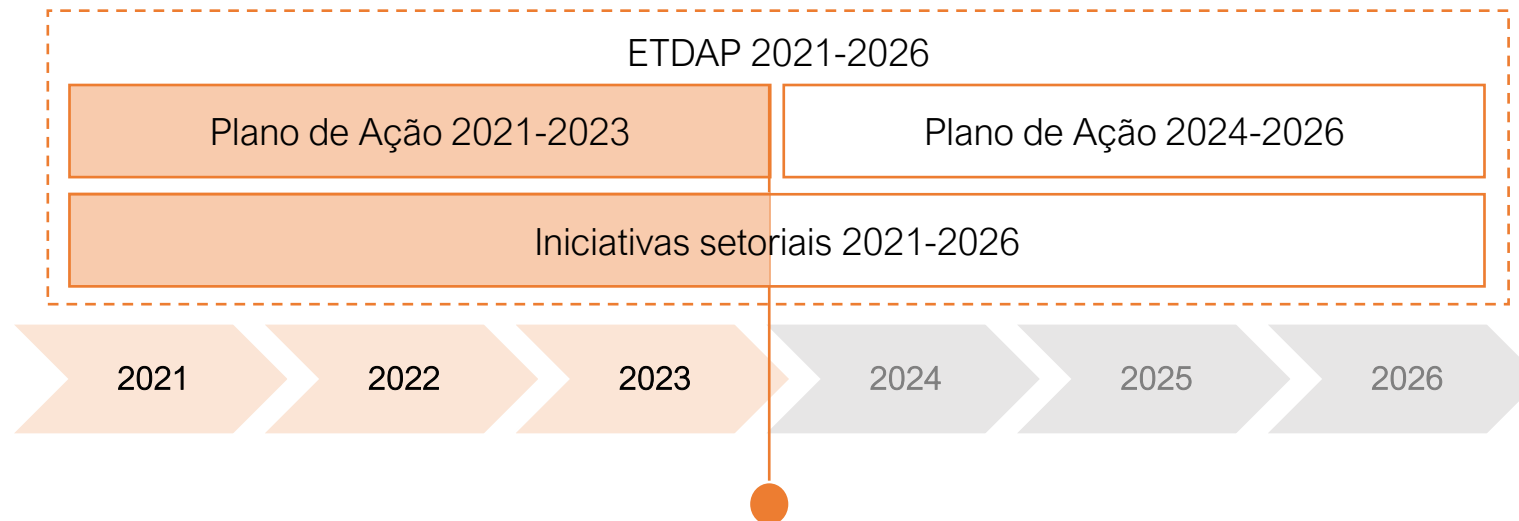
A ETDAP 2021-2026 contempla seis linhas estratégicas (LE), para cada uma das quais estão definidos objetivos e metas de cumprimento, de acordo com o elencado na RCM 131/2020 de 10 de outubro:

LE I – SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS	LE II – VALORIZAÇÃO DOS DADOS	LE III – ARQUITETURAS DE REFERÊNCIA
LE IV – COMPETÊNCIAS TIC	LE V – INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS TIC	LE VI – SEGURANÇA E CONFIANÇA

01 ENQUADRAMENTO

A implementação da ETDAP 2021-2026 está estruturada em dois triénios, com dois Planos de Ação (2021-2023 e 2024-2026), os quais integram as medidas transversais a serem aplicadas em toda a Administração Pública e a desenvolver nos períodos respetivos. Paralelamente, prevê o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas setoriais entre 2021 e 2026.

De acordo com o previsto na RCM 131/2021, deverá ser realizado o balanço intercalar da ETDAP 2021-2026 no final do primeiro triénio, permitindo propor recomendações e novas ações para o quadro temporal remanescente.



Balanço intercalar da Estratégia de Transformação Digital 2021-2026 e recomendações para o Plano de Ação 2024-2026.

02

PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

A implementação do Plano de Ação 2021-2023 permitiu alcançar a realização de 12 objetivos estratégicos definidos na ETDAP21-26 (ver Anexo I), estando os restantes 28 com ações já em curso.

O progresso alcançado nos primeiros três anos da ETDAP 2021-2026 permite encarar com otimismo o segundo triénio. De realçar a execução das linhas estratégicas V e VI, com mais de 50% dos objetivos já cumpridos.



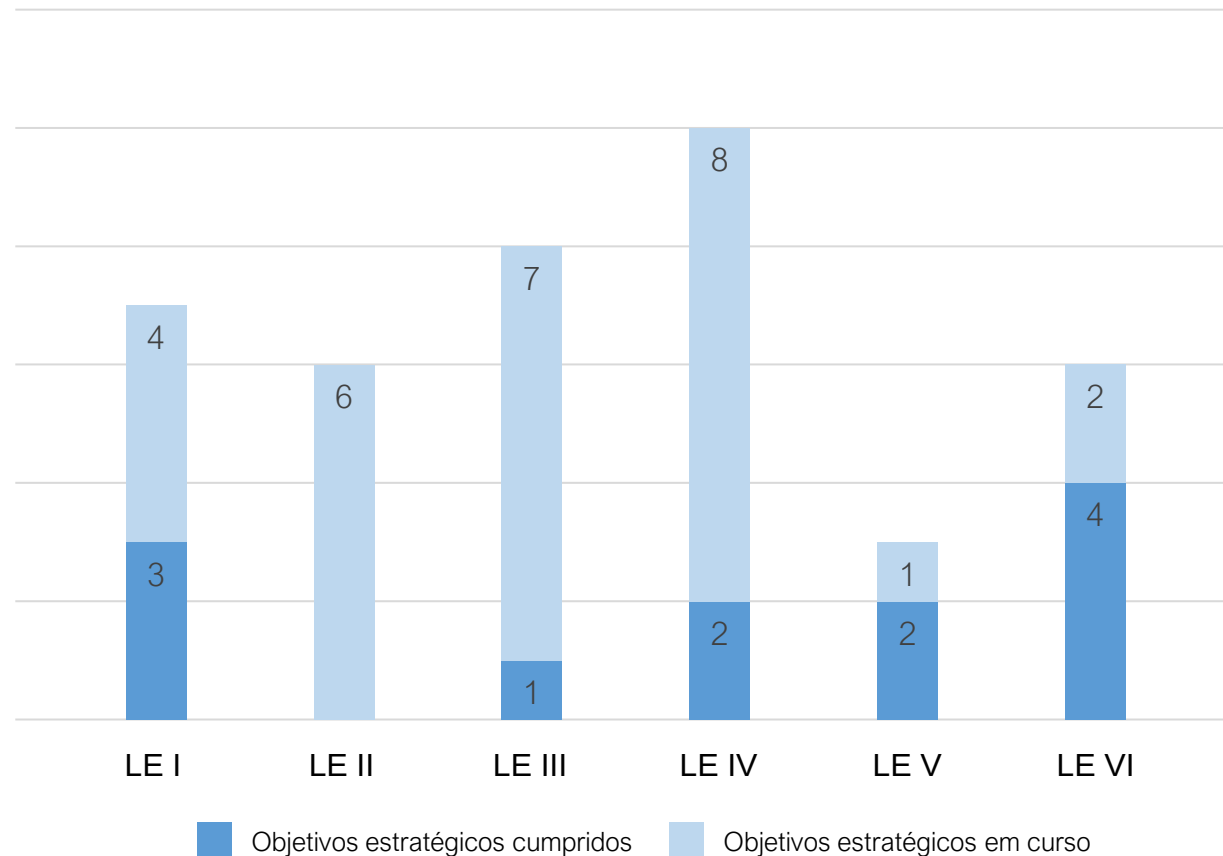
40

Objetivos estratégicos



12

Objetivos estratégicos cumpridos

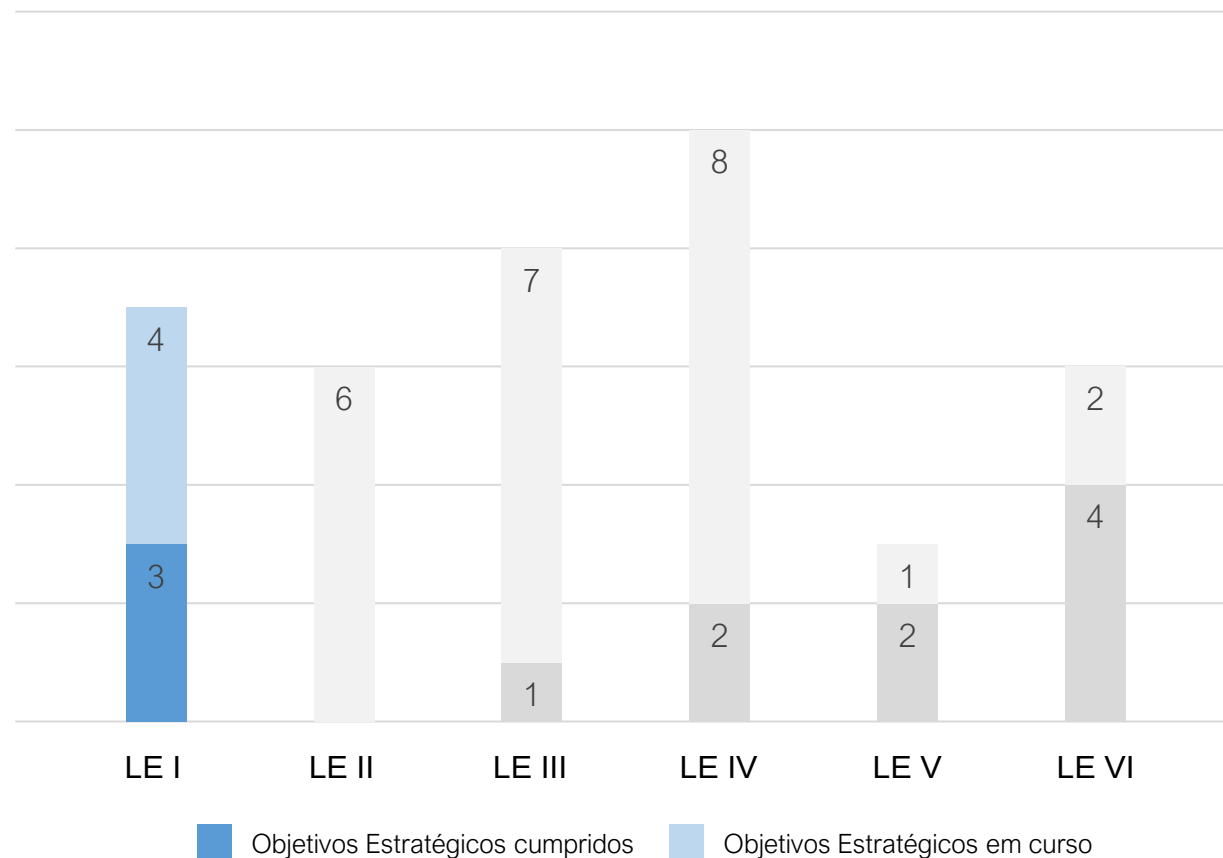


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

LE I – Serviços Públicos Digitais

A Linha Estratégica I tem como finalidade a digitalização da oferta de serviços públicos de forma a promover a simplificação e eficiência dos serviços, seguindo a premissa de que a satisfação das necessidades e expectativas dos utilizadores são o propósito final dos serviços públicos digitais.

Dos sete objetivos estratégicos associados à LE I, três estão já concluídos, nomeadamente o grau de adesão aos Serviços Públicos Digitais; a disponibilização de um modelo comum para desenho e desenvolvimento de Serviços Públicos Digitais; e a promoção da utilização das soluções transversais da Administração Pública.

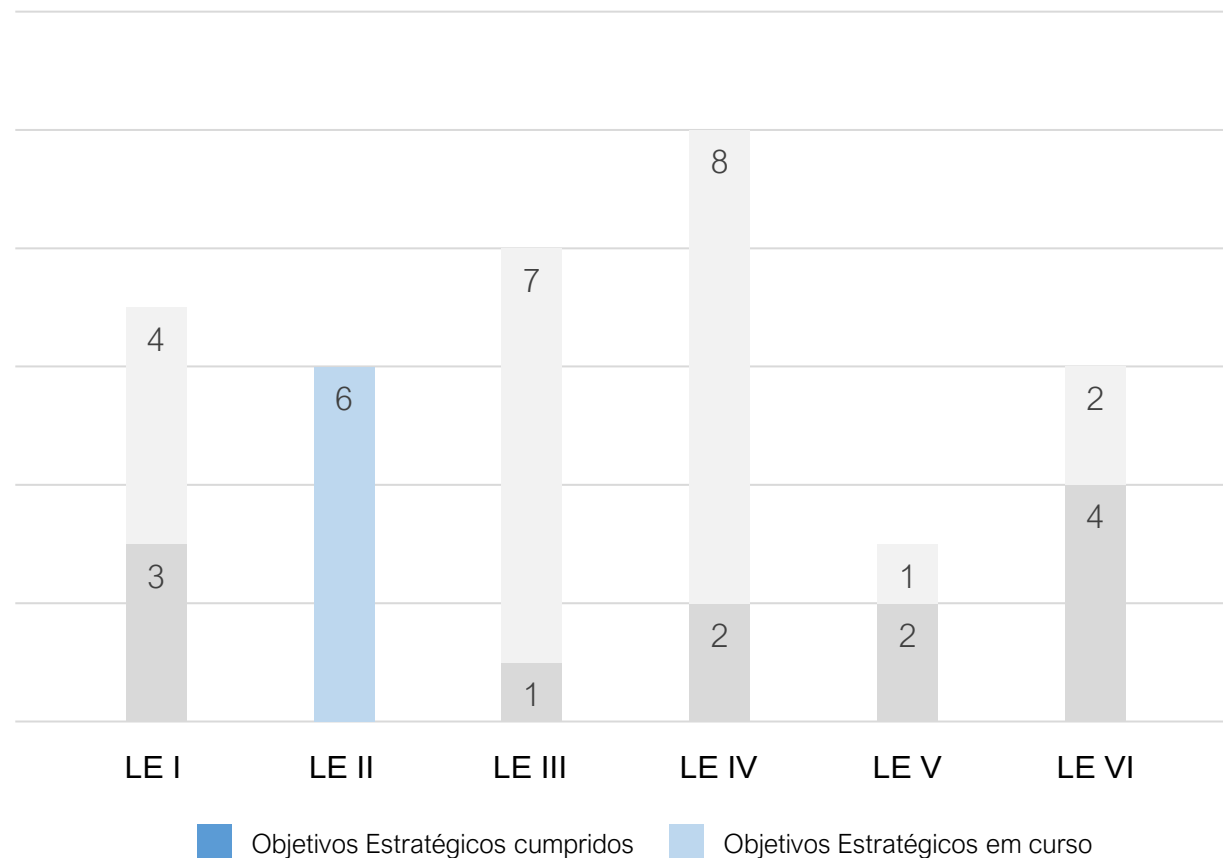


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

LE II – Valorização dos Dados

Com a implementação da Linha Estratégica II procura-se garantir a utilização de todo o potencial do volume de dados a que a Administração Pública dispõe para prestar serviços públicos ao cidadão e às empresas, com base na diversidade de tecnologias ao dispor. Paralelamente, visa promover a transparência e a utilização de dados fidedignos e confiáveis, garantindo o alinhamento com os Regulamentos e Diretivas Europeias.

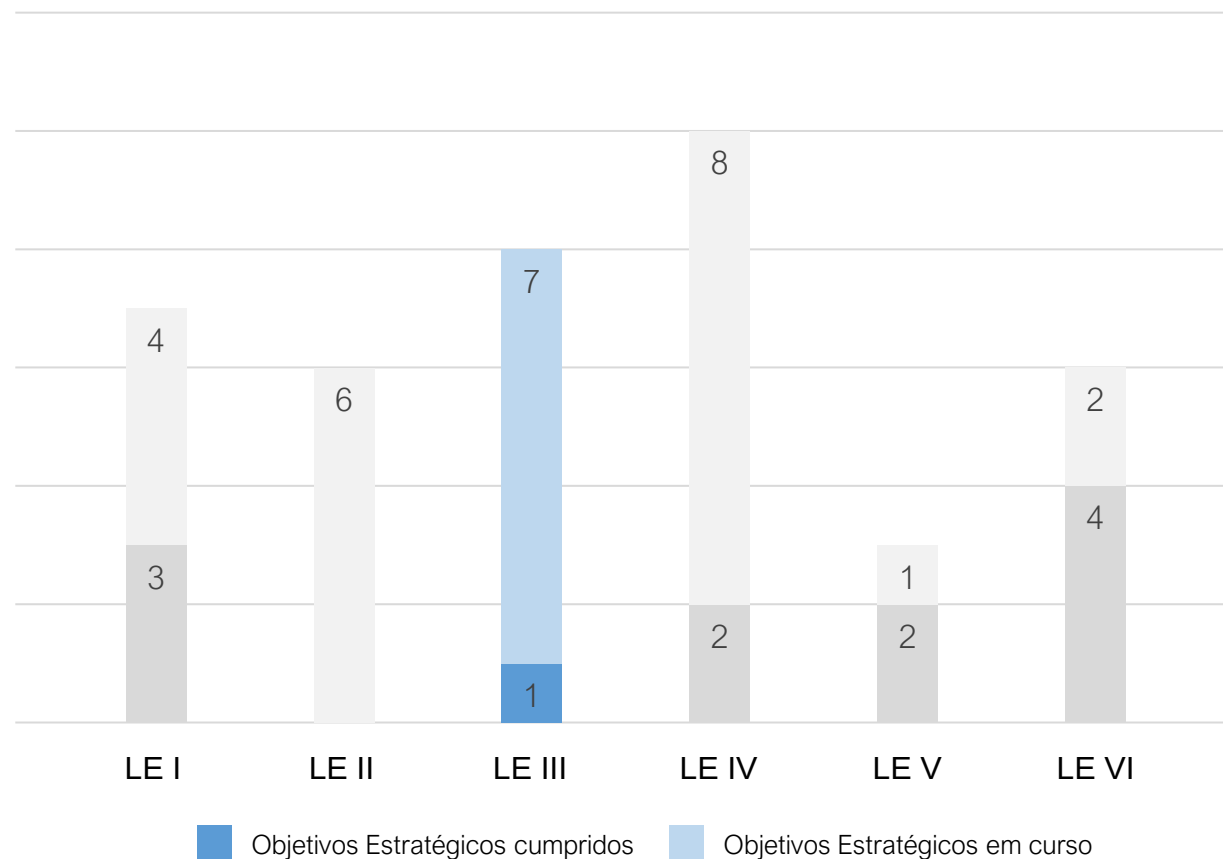
O trabalho desenvolvido no âmbito do Plano de Ação 2021-2023 tem permitido dar resposta aos seis objetivos estratégicos propostos para esta Linha Estratégica e às suas metas, sendo de realçar o cumprimento de algumas metas definidas.



02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

LE III – Arquiteturas de Referência

No sentido de acelerar a inovação no desenvolvimento de serviços públicos, a Linha Estratégica III prevê a criação de uma arquitetura de referência que permita a interoperabilidade entre as soluções existentes, a partilha e reutilização de serviços e/ou dados, e a conformidade com regulamentos. O esforço aplicado para a concretização dos oito objetivos propostos permitiu já dotar a Administração Pública de uma arquitetura transversal de referência, bem como contribuir de forma considerável para a catalogação e disponibilização de diversos serviços públicos na plataforma ePortugal, assim como a disseminação da utilização da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP).

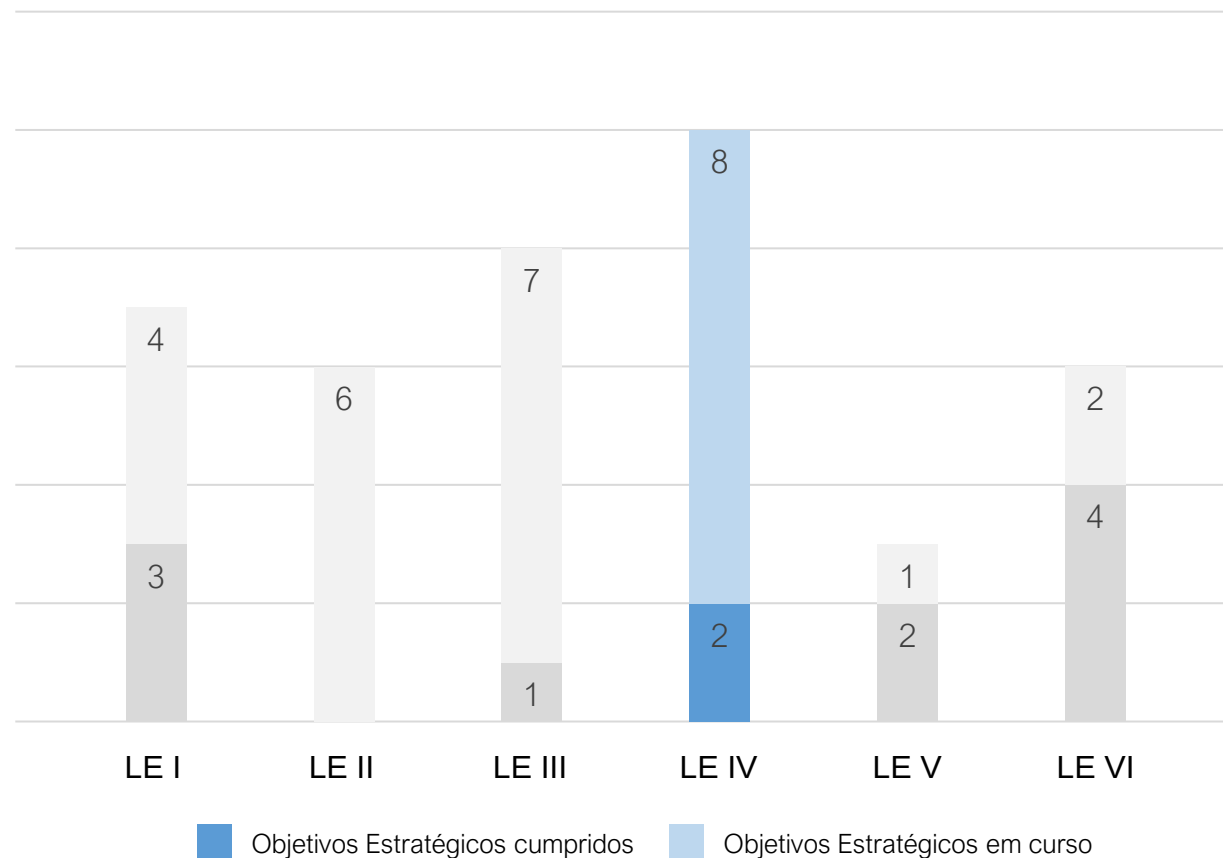


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

LE IV – Competências TIC

A escassez de recursos humanos no domínio do digital tem criado desafios no contexto da Administração Pública. A digitalização dos Serviços Públicos, respondendo às necessidades dos diversos intervenientes, exige as competências adequadas, pelo que é nesse sentido que a Linha Estratégica IV está estruturada. A sua implementação tem procurado reforçar a capacidade interna no domínio do digital das organizações, tendo sido já cumpridos dois dos dez objetivos estratégicos definidos para o efeito.

Tem sido potenciado o trabalho colaborativo entre equipas internas da Administração Pública, o estabelecimento de comunidades de práticas e a capacitação dos diversos atores do digital.

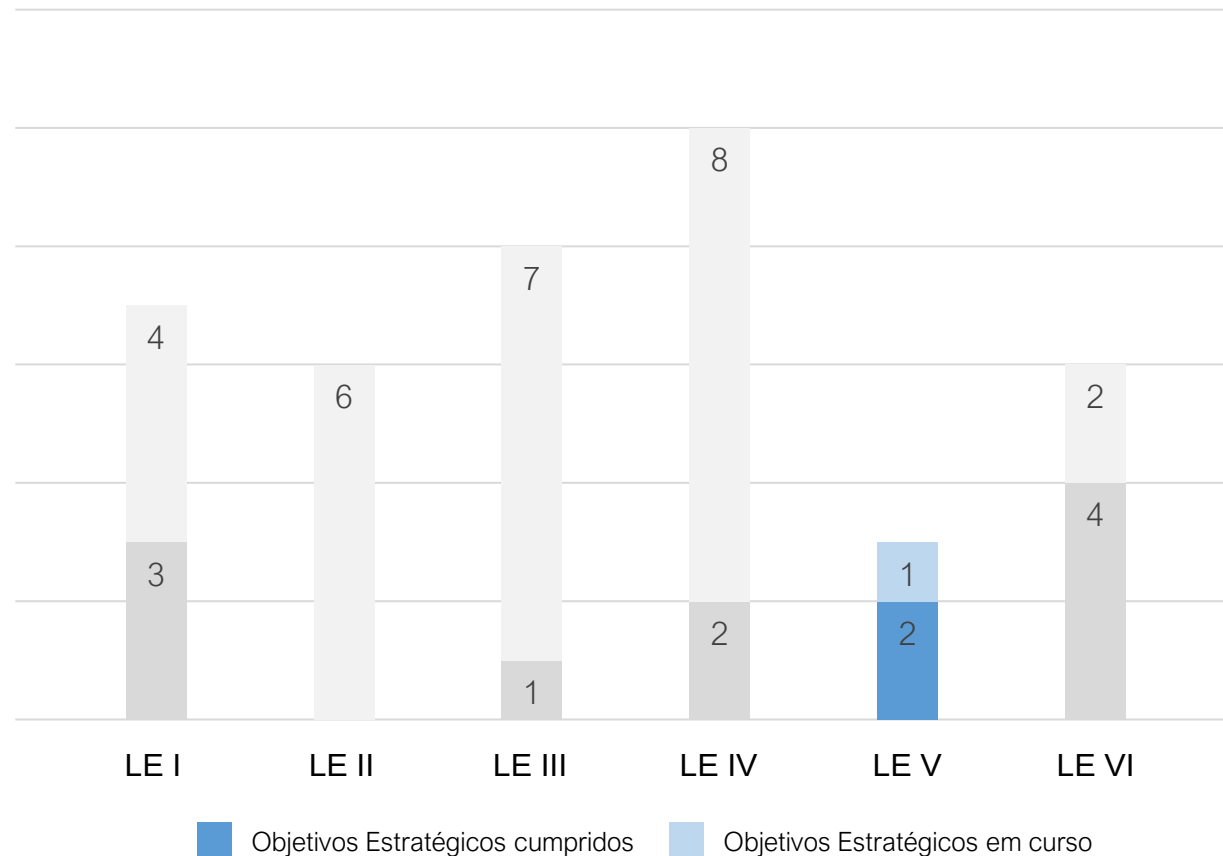


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

LE V – Infraestruturas e Serviços TIC

Priorizar a definição de indicações claras para a contratação e gestão de forma segura, sustentável e resiliente da capacidade de computação e armazenamento de dados, permite disponibilizar melhores serviços públicos e criar confiança na Transformação Digital.

A Linha Estratégica V tem estabelecidos três objetivos estratégicos. Até 2023, foi já implementada a Estratégia Cloud da Administração Pública (RCM 84/2020), assim como a disseminação da rede de comunicação através do Ponto de Troca de Tráfego (PTT).

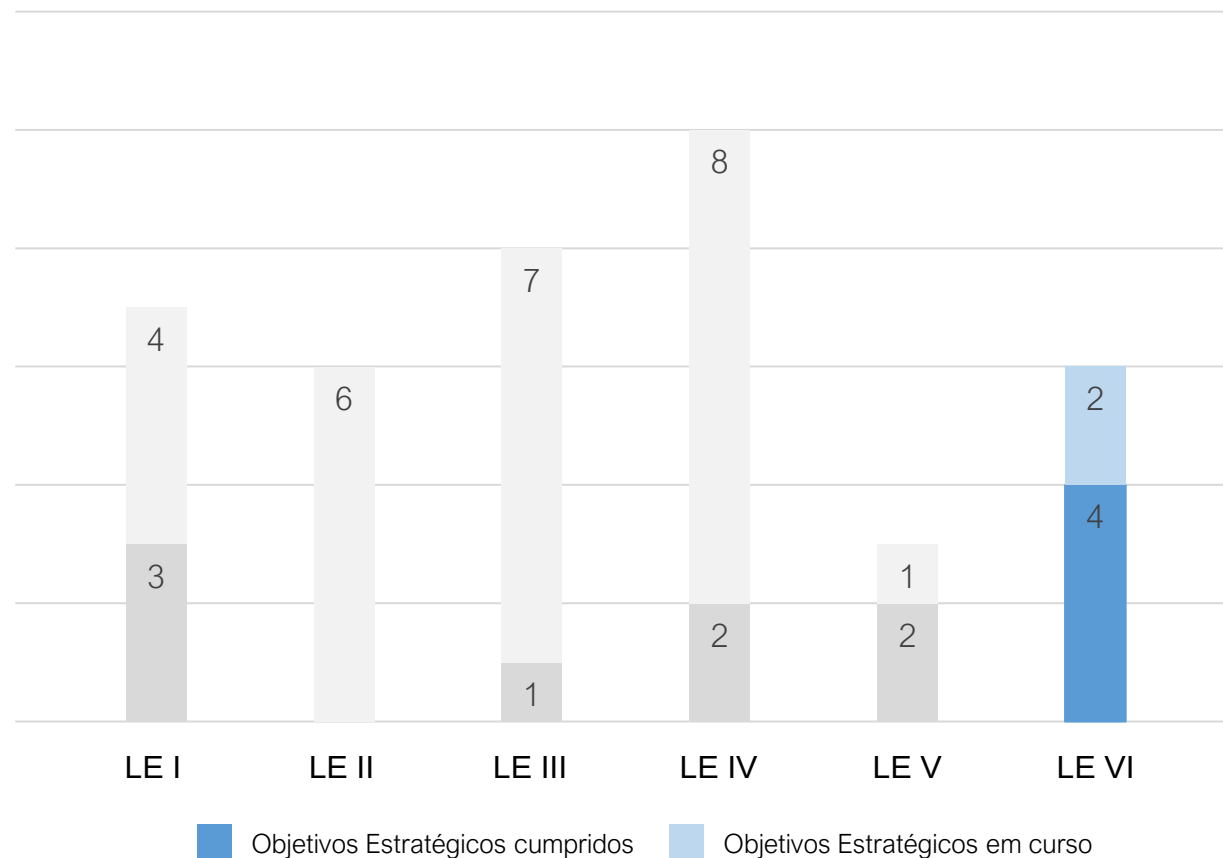


02 PONTO DE SITUAÇÃO DA ETDAP 2021-2026

LE VI – Segurança e Confiança

Novos desafios emergem em termos de segurança quando almejamos sistemas e serviços cada vez mais interligados. A segurança e confiança são dois princípios basilares no desenvolvimento e prestação de Serviços Públicos Digitais.

Na Linha Estratégica VI foram definidos seis objetivos estratégicos, dos quais quatro já se encontram cumpridos. Nos últimos três anos, foi desenvolvido trabalho relacionado com a certificação de entidades no Quadro Nacional de Referência em Cibersegurança e a sua adesão ao PANORAMA, assim como a promoção da identidade digital segura e a massificação da utilização da certificação por atributos profissionais.



03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

03 PLANO DE AÇÃO 2021-2023

O Plano de Ação 2021-2023 agrega o conjunto de ações transversais a toda a Administração Pública a desenvolver até ao final de 2023 (ver Anexo II).

O esforço aplicado no último triénio permitiu a conclusão de um elevado número de ações, alcançando uma execução material do Plano de Ação de **89%**.



44

Ações transversais



89%

Execução material

	Cumpridas	Em curso	Execução
LE I – Serviços Públicos Digitais	9	0	100 %
LE II – Valorização dos Dados	5	0	100 %
LE III – Arquiteturas de Referência	6	3	67 %
LE IV – Competências TIC	9	2	82 %
LE V – Infraestruturas e Serviços TIC	3	0	100 %
LE VI – Segurança e Confiança	7	0	100 %
	39	5	89 %

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

LE I – Serviços Públicos Digitais

No âmbito da LE I, promoveu-se a **criação de novos Serviços Públicos Digitais** de elevado valor, desenhados, desenvolvidos e avaliados com base no modelo comum, o **Mosaico**. Este modelo é uma ferramenta que pretende ajudar todas as equipas TIC da AP, colaboradores internos e/ou externos, a desenhar e desenvolver SPD centrados no cidadão e nas empresas. Foi, ainda, criada uma visão integrada que permite que a **Administração Pública trabalhe de forma desmaterializada e remota** em contextos colaborativos, possibilitando a otimização dos recursos, a redução de custos e o aumento da segurança e confidencialidade da informação.

Adicionalmente, foi criado um **plano de comunicação** com o objetivo de promover a utilização das soluções transversais da AP, através da dinamização de inúmeras atividades para a sociedade civil e para a AP.

No domínio da **Acessibilidade e Usabilidade Digital**, incentivou-se a adoção de boas práticas de experiência de utilização, respondendo às necessidades do utilizador e eliminando barreiras para cidadãos com deficiência ou incapacidade. Nesse sentido, o trabalho realizado no último triénio passou por diagnosticar e inventariar todos os sites e Apps da AP, de forma a criar um plano que garanta que os mesmos apresentem a Declaração de Acessibilidade e Selos de excelência de Usabilidade e Acessibilidade.

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

LE II – Valorização dos Dados

Partilhar dados, permite à Administração Pública potenciar a criação de novos serviços públicos e promover a **transparência do setor público** na forma como gere os meios, criando valor na economia. Assim, enquadrado com a LE II foi desenvolvido um plano de ação para promover a **partilha de dados de elevado valor** por parte de todas as áreas governativas. Apostou-se, ainda, na criação de um portal que permite a disponibilização de dados em tempo real, e outro que permite ao cidadão o acesso a toda a informação de gestão e de recursos públicos disponibilizada pelo Estado.

No sentido de disponibilizar uma solução que auxilie a equilibrar a procura e oferta de serviços públicos no canal presencial, foi desenvolvido um **sistema de monitorização dos pontos de atendimento** que permite identificar e avaliar a prestação dos vários locais e serviços, contribuindo para melhorar a eficiência da Administração Pública.

A adoção de tecnologias transformadoras, como a **Inteligência Artificial**, permite melhor decidir e prestar serviços públicos com mais qualidade e mais confiáveis. Neste sentido, foram criadas **orientações** para a sua **utilização responsável**, bem como disponibilizada uma ferramenta de avaliação de risco, que pode ser aplicada em todos os projetos de Inteligência Artificial na Administração Pública.

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

LE III – Arquiteturas de Referência

Um dos principais objetivos da LE III passa por **identificar, catalogar e caracterizar os serviços públicos**, bem como os canais pelos quais são fornecidos, de forma a organizar e otimizar a oferta de serviços na lógica que melhor serve o cidadão e as empresas. Iniciou-se, assim, o processo de integração dos serviços da Administração Pública no **Ponto Digital Único (ePortugal)**.

No sentido de construir serviços digitais mais racionais e seguros, deve ser incentivada a reutilização de soluções já existentes, a rentabilização dos investimentos efetuados e o acelerar do desenvolvimento de novas soluções interoperáveis. Assim, foram iniciados os trabalhos para a **catalogação e disponibilização dos serviços e dados** da Administração Pública na **Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP)**, bem como disponibilizada uma solução para a **catalogação das APIs da AP**, que permitirá melhorar a comunicação entre entidades.

Paralelamente, torna-se importante alargar da **interoperabilidade documental** a toda a Administração Pública, apoiando assim a promoção e o desenvolvimento de serviços automáticos e do princípio “uma só vez” através da iAP.

A LE III teve também como objetivo a criação de uma **Arquitetura Transversal de Referência** para os sistemas de informação da AP, identificando componentes arquiteturais transversais, de forma a melhorar a articulação e coerência dos serviços públicos, a interoperabilidade e reutilização de dados, o planeamento e otimização dos investimentos em TIC.

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

LE IV – Competências TIC

No âmbito da LE IV, foi criada a orgânica do **Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública** (CTIC), para garantir o alinhamento das várias vertentes da Transformação Digital da Administração Pública e das áreas governativas com uma estratégia transversal comum, que inclui uma instância a nível setorial.

Outra das vertentes desta LE, passou pela **formação do cidadão e de diversos perfis de profissionais**, tendo em conta as evoluções das boas práticas e da Arquitetura de Referência da Administração Pública. Foram criadas **comunidades de práticas** orientadas à partilha de conhecimento em metodologias ou tecnologias específicas, promovendo as **competências** dos recursos humanos, a agilidade no desenvolvimento e a reutilização de metodologias e *software*.

Foi desenvolvido trabalho no sentido de criar guias de **melhores práticas para a contratação** de serviços digitais, incluindo especificações transversais por tipo de serviço e a disponibilização de mecanismos de pré-qualificação de fornecedores.

Analizou-se, ainda, qual a melhor estratégia para **captar e reter recursos de elevado valor** na área das TIC na Administração Pública, promovendo, sempre que possível, o **equilíbrio entre géneros** e apostando na contratação de **jovens profissionais**.

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

LE V – Infraestruturas e Serviços TIC

A **Estratégia Cloud** está relacionada com a adoção de uma infraestrutura resiliente e segura, gerida segundo as melhores práticas e num enquadramento europeu. A **Cloud pública** permite à Administração Pública focar os seus recursos técnicos nas componentes que geram maior valor, e aumentar substancialmente os níveis de disponibilidade, resiliência e segurança dos seus sistemas. Este tem sido um dos principais temas desenvolvidos no âmbito da LE V.

Paralelamente, dotar a Administração Pública de uma **arquitetura de comunicações** que liga os vários setores e organismos com os principais prestadores de serviços de forma segura e resiliente, permitiu desenvolver novos e melhores serviços e suportar novas formas de trabalho e interação.

Foi, ainda, definido o modelo para a criação de um **repositório comum e aberto para as aplicações desenvolvidas na Administração Pública**, que permitirá reaproveitar o conhecimento existente, diminuir as assimetrias e reduzir os custos e o tempo para o desenvolvimento de novos serviços e soluções.

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

LE VI – Segurança e Confiança

O trabalho desenvolvido na LE VI, permitiu assegurar que os operadores de serviços essenciais e os prestadores de serviços digitais adotam as medidas técnicas e organizativas adequadas e proporcionadas para gerir os riscos que se colocam à **segurança das redes e dos sistemas de informação**.

Com a evolução do digital, surge a necessidade de uma **identidade digital** que assegure o acesso a serviços, públicos e privados, em múltiplos canais. A identificação segura de cidadãos e de empresas torna-se, assim, fundamental. Nesse sentido, foram desenvolvidos esforços para capitalizar e massificar as infraestruturas, plataformas e soluções de identidade digital existentes, inovando e disponibilizando novos serviços, permitindo suportar processos de transformação digital nos diferentes setores.

Ao mesmo tempo, tem havido a preocupação de dar a conhecer ao cidadão o tipo de **dados que as entidades da Administração Pública recolhem, guardam e processam**, de forma a aumentar a confiança do mesmo nos processos digitais e nas organizações públicas.

Contribuindo para o conhecimento situacional da **Cibersegurança** a nível nacional, promoveu-se, ainda, a adesão das entidades públicas aos processos e tecnologias que facilitam a partilha e correlação de informação em tempo real sobre atividade potencialmente maliciosa.

03

PLANO DE AÇÃO 2021-2023

Investimento

Para as ações transversais do Plano de Ação 2021-2023, previa-se um investimento aproximado de **87** milhões de euros.



Execução financeira = 31%

Execução Financeira = Investimento Executado / Investimento Previsto

04

INICIATIVAS SETORIAIS

04 INICIATIVAS SETORIAIS

Análise Global

No âmbito da triénio da ETDAP 2021-2026, previa-se inicialmente o desenvolvimento de **374** iniciativas setoriais entre 2021 e 2026, das quais **197** estavam previstas terminar até 2023 e **93** até 2026. A execução destas iniciativas é extremamente relevante para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos. Das iniciativas propostas, **51** foram canceladas por alteração de prioridades/opções das diferentes áreas governativas e **33** serão iniciadas no próximo triénio. Assim, **290** iniciativas setoriais iniciaram no primeiro triénio da ETDAP 2021-2026, das quais **197** estavam previstas terminar até 2023 e **93** até 2026.



374 iniciativas propostas inicialmente

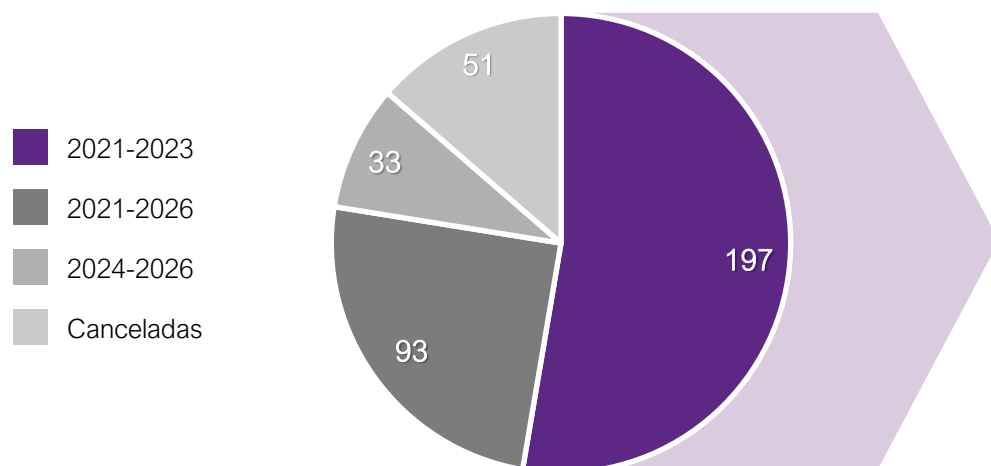
51 iniciativas canceladas

290 iniciativas iniciadas

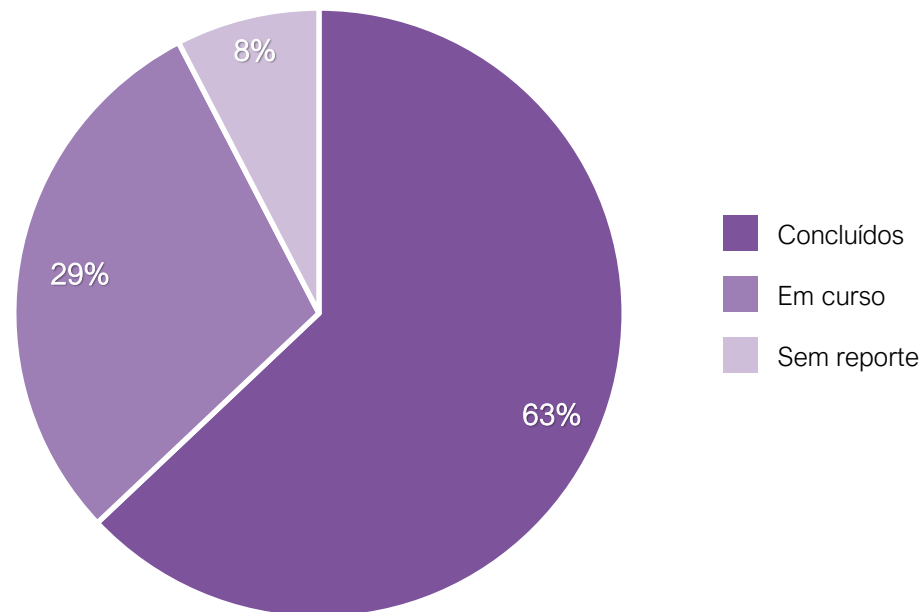
04 INICIATIVAS SETORIAIS

Estado das Iniciativas do Período 2021-2023

O universo da análise intercalar é as **197** iniciativas setoriais com prazo de execução no período 2021-2023. Destas, foram concluídas 124 iniciativas, o que gerou uma taxa de execução de **63%**. Existem 58 iniciativas ainda em curso, que terão continuidade no próximo triénio.



Análise global EDTAP 2021-2026



Período 2021-2023

04 INICIATIVAS SETORIAIS

Estado das Iniciativas do Período 2021-2023

Em termos setoriais, constata-se que a maioria das áreas governativas apresentou taxa de execução superior a 50% das iniciativas previstas para o período 2021-2023.

4	Três áreas governativas concluíram todas as iniciativas previstas para o primeiro triénio.
10	A maioria das áreas governativas concluiu, em média, dois terços das iniciativas propostas para o período 2021-2023.
3	Existem quatro áreas governativas que, em média, têm um terço das iniciativas propostas atualmente concluídas.

Nota: Importa salientar que todas as iniciativas do Ministério da Justiça decorrem no período 2021-2026, pelo que esta área governativa não está incluída na presente análise.

04 INICIATIVAS SETORIAIS

Estado das Iniciativas do Período 2021-2023

	Σ Total	✓ Concluídas	↻ Em curso	? Sem reporte	% Execução
SE Digitalização e Modernização Administrativa	1	1	0	0	100%
Presidência	8	3	3	2	38%
Ministério dos Negócios Estrangeiros	10	10	0	0	100%
Ministério da Defesa Nacional	22	13	9	0	59%
Ministério da Administração Interna	13	8	5	0	62%
Ministério das Finanças	18	10	8	0	56%
Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	4	3	1	0	75%
Ministério da Economia e do Mar	8	5	3	0	63%
Ministério da Cultura	3	1	2	0	33%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	11	11	0	0	100%
Ministério da Educação	9	4	5	0	44%
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	10	5	5	0	50%
Ministério da Saúde	1	1	0	0	100%
Ministério do Ambiente e da Ação Climática	15	10	5	0	67%
Ministério das Infraestruturas e Habitação	19	13	5	1	68%
Ministério da Coesão Territorial	8	5	1	2	63%
Ministério da Agricultura e Alimentação	37	21	6	10	57%

04 INICIATIVAS SETORIAIS

Investimento das Iniciativas do Período 2021-2023

Para as iniciativas inscritas no período entre 2021 e 2023, previa-se um investimento de aproximadamente **130** milhões de euros.

Projetos concluídos	57,9 M€ Investimento previsto	33,3 M€ Investimento executado	24,5 M€ Saldo não utilizado
Projetos em curso	71,8 M€ Investimento previsto	13,0 M€ Investimento executado	58,8 M€ Investimento a realizar

Execução financeira = 44%

Execução Financeira = $\text{Investimento Executado} / (\text{Investimento Previsto} - \text{Saldo Não Utilizado})$

04

INICIATIVAS SETORIAIS

Investimento das Iniciativas do Período 2021-2023

	€ Investimento Previsto	% Execução Financeira
SE Digitalização e Modernização Administrativa	19 850,00 €	100%
Presidência	3 616 630,00 €	53%
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 759 339,00 €	100%
Ministério da Defesa Nacional	6 206 463,95 €	69%
Ministério da Administração Interna	14 046 449,33 €	48%
Ministério das Finanças	14 186 511,80 €	41%
Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	4 524 807,50 €	14%
Ministério da Economia e do Mar	2 379 826,37 €	91%
Ministério da Cultura	127 662,00 €	94%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2 845 651,48 €	100%
Ministério da Educação	21 093 900,00 €	5%
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	7 853 175,47 €	71%
Ministério da Saúde*	2 075 297,91 €	100%
Ministério do Ambiente e da Ação Climática	3 307 198,90 €	51%
Ministério das Infraestruturas e Habitação	6 302 770,63 €	45%
Ministério da Coesão Territorial	15 173 295,00 €	11%
Ministério da Agricultura e Alimentação	23 167 804,80 €	86%

05

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

05 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os resultados obtidos com o presente balanço intercalar da ETDAP 2021-2026 permitem avaliar, tanto a nível transversal como setorial, a evolução da Administração Pública face aos objetivos propostos inicialmente. Estes resultados advêm de um **esforço colaborativo entre todas as áreas governativas**, cujo envolvimento foi fundamental para os resultados obtidos até ao momento.

O **cumprimento de 89% das ações transversais** propostas no Plano de Ação 2021-2023 permitiu que fossem atingidos já 12 dos 40 objetivos estratégicos (**30%**) definidos até final 2026. Apesar da elevada execução do Plano de Ação, ficaram evidenciadas algumas dificuldades na forma como deveria ser medido o impacto dos diversos projetos – nesse sentido, recomenda-se que sejam incluídas no Plano de Ação 2024-2026 **indicadores de desempenho e metas** para cada ação, bem como indicadores que permitam mensurar o real impacto nos objetivos propostos.

Adicionalmente, registam-se dificuldades no **apuramento de benefícios, sociais e económicos**, tal como já identificado em estratégias anteriores. Recomenda-se a realização de trabalho colaborativo no sentido de harmonizar a forma de cálculo, através da aplicação de modelos comuns (e.g. *Standard Cost Model*).

05 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Fruto do contexto social e económico nacional e internacional em que decorreu a implementação do Plano de Ação 2021-2023, o investimento executado apresentou valores abaixo do previsto, tanto a nível transversal (31%) como setorial (44%). Contudo, **realça-se que tal situação não colocou em causa os elevados níveis de execução material do Plano de Ação 2021-2023**, assim como a realização de projetos estruturais a nível setorial.

Relativamente às **ações transversais**, importa considerar não só a percentagem de ações concluídas (89%) mas também o progresso no cumprimento dos objetivos estratégicos (30%). As ações desenvolvidas neste primeiro triénio, permitiram **definir os modelos, a governação e as ferramentas base** que permitirão a implementação da ETDAP 2021-2026 na sua globalidade. As ações a ser incluídas no Plano de Ação 2024-2026 deverão estar apoiadas na implementação dos modelos e práticas definidas nesta fase.

Quanto às **iniciativas setoriais**, verifica-se a existência de **um número elevado de iniciativas que se encontram ainda em curso**. Encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento, justificando-se a baixa execução financeira aos constrangimentos globais referidos anteriormente. Face a este contexto, parte do investimento previsto não será executado (saldo não utilizado) em função da realização de ações com **recurso a meios próprios, de realização de investimentos abaixo do previsto inicialmente**, entre outros.

05 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Constata-se que **existem ainda em curso 58 iniciativas setoriais das 197 inicialmente propostas**, verificando-se um ligeiro atraso na execução destas iniciativas. Adicionalmente, existe um conjunto de iniciativas que foi alvo de **recalendarização para o próximo triénio**. Estes constrangimentos resultam de uma diversidade de fatores, desde atrasos na contratualização e consequente execução do PRR, escassez de recursos humanos nos organismos para implementação das ações, mudanças no contexto externo às entidades (redefinição de políticas públicas) ou alterações organizacionais das entidades/áreas governativas, que em muitos casos levam a alterações de âmbito das iniciativas. Desta forma, recomenda-se uma avaliação mais detalhada dos potenciais riscos, no sentido de planear a gestão dos mesmos no decorrer das iniciativas.

De forma geral, realça-se também a dificuldade na recolha de dados para reporte, assim como na disseminação de determinadas ações transversais por parte de diferentes organismos. Assim, salienta-se a necessidade de **melhorar a articulação entre as iniciativas transversais e setoriais** e promover uma **maior cooperação entre os diversos intervenientes** (e.g. a implementação de *Taskforces* temáticas resultou numa melhoria substancial do trabalho colaborativo). Recomenda-se, também, o **fortalecimento do papel dos Representantes Ministeriais** no âmbito da área governativa, que poderá ser uma mais-valia na difusão dos temas e envolvimento das mesmas no cumprimento da ETDAP 2021-2026.

05 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento de diversos projetos associados a tecnologias emergentes e a inteligência de dados foi outro dos fatores evidenciados durante este triénio. A disseminação destas tecnologias por organismos da Administração Pública tem promovido a inovação e o desenvolvimento dos serviços públicos digitais. Contudo, tem-se verificado que a disseminação deve ser **acompanhada por mecanismos de controlo e de avaliação de riscos**, pelo que é recomendado o desenvolvimento e a atualização de alguns regulamentos e guias existentes (e.g. Guia – Utilização Ética da IA).

Para finalizar, e decorrente do manifesto interesse por parte da Administração Pública Regional e Local no desenvolvimento e alinhamento de projetos conjuntos com organismos da Administração Pública Central, é recomendado também o alargamento da ETDAP 2021-2026, **criando ações específicas no Plano de Ação 2024-2026 para as entidades da Administração Regional e Local** (e.g. criação de projetos piloto com Comunidades Intermunicipais ou com Câmaras Municipais).

06 ANEXOS

ANEXO I

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
1.1 Promover a adesão aos serviços públicos digitais.	65% Índice de penetração	
1.2 Disponibilizar um modelo comum para desenho e desenvolvimento de serviços públicos digitais.	2021 versão 1.0	
1.3 Disponibilizar novos serviços públicos digitais desenhados, desenvolvidos e avaliados com base no modelo comum.	25 novos serviços	
1.4 Promover a inclusão através dos serviços digitais garantindo a sua usabilidade e acessibilidade.	2023: 90% sites c/ selo de usabilidade de acessibilidade	
1.5 Promover a utilização das soluções transversais da AP, nomeadamente notificações eletrónicas, plataforma de pagamentos, livro amarelo eletrónico, entre outros.	Todas áreas governativas	
1.6 Promover a incorporação nos serviços públicos de componentes que implementem uma abordagem omnicanal, nomeadamente recorrendo à videoconferência, plataforma de mensagens da AP e <i>chatbot</i> .	Todas áreas governativas	
1.7 Promover a disponibilização em língua inglesa dos serviços públicos digitais e dos respetivos conteúdos informativos.	Todas áreas governativas	

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
2.1 Aumentar o conjunto de dados abertos disponíveis para reutilização e valorização pela sociedade através do dados.gov.pt.	100 % conjuntos de dados de elevado valor UE	
2.2 Disponibilizar dados abertos em tempo real em dados.gov que permitam criar aplicações com valor económico pela sociedade.	+100 conjuntos de dados em tempo real	
2.3 Aumentar a transparência dos principais serviços e áreas essenciais do Estado através da disponibilização de dashboards provenientes da reutilização de dados abertos disponíveis no dados.gov.pt.	12 áreas de transparência	
2.4 Orientar a AP para uma gestão baseada na evidência dos dados (data driven) nomeadamente em decisões relacionadas com o atendimento público, enriquecendo para tal as capacidades do serviço de Gestão Inteligente do Atendimento Presencial (GIAP).	25 serviços mais procurados	
2.5 Disponibilizar guias para adoção e avaliar as soluções do setor público que recorram a ciência de dados, IA e aprendizagem máquina, entre outros, de acordo com princípios éticos, de responsabilidade e de transparência.	3 guias/relatórios	
2.6 Garantir, sempre que possível, a análise das características dos utilizadores, incluindo a desagregação por sexo e tipologia de incapacidade (física, sensorial, cognitiva ou de comunicação) tendo em vista a otimização dos serviços.	2023	

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
3.1 Dotar a AP de uma arquitetura transversal de referência para os sistemas de informação.	2022	
3.2 Catalogar e descrever todos os serviços prestados pela AP no Catálogo de Entidades e Serviços (CES) e respetivos dados de que são fontes primárias no catálogo de dados da AP.	2023	
3.3 Disponibilizar todos os serviços digitais, com correspondência em Portugal, no Ponto de Contacto Nacional – portal ePortugal, conforme regulamento europeu do Single Digital Gateway.	2023	
3.4 Disponibilizar na Plataforma de Interoperabilidade da AP (iAP) acesso às fontes de dados e micro serviços referentes aos principais registos da AP, nomeadamente pessoas, empresas, imóveis, viaturas, educação, saúde, impostos, segurança social e administração interna.	Todas as áreas governativas	
3.5 Disponibilizar na iAP um catálogo de Interface de Programação para Aplicações (IPA).	2022	
3.6 Aumentar o número de serviços digitais que consomem dados através da iAP.	100 novos serviços	
3.7 Desmaterializar por completo a troca de documentos entre organismos da AP.	Todas áreas governativas	
3.8 Promover a definição e evolução da arquitetura de referência transversal da AP para incorporar os requisitos de interoperabilidade, dados abertos e outros que se venham a mostrar relevantes, tais como os necessários ao desenvolvimento de cidades inteligentes.	Todas áreas governativas	

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
4.1 Formalizar, a nível setorial e a nível dos organismos públicos, os papéis de coordenação da transformação digital.	2021	
4.2 Dotar cada perfil de trabalhadores públicos envolvidos na transformação digital de competências alinhadas com modelo comum de desenho e desenvolvimento de serviços digitais.	3 Prog. formação «Tic.gov.pt»	
4.3 Analisar os termos para a criação de uma bolsa de profissionais de reconhecida experiência em áreas de conhecimento onde existe elevada carência.	2022	
4.4 Promover a colaboração da sociedade civil no desenvolvimento de projetos do setor público.	6 Desafios	
4.5 Avaliar a constituição de um «Observatório de Inovação Digital da AP» em articulação com a academia, empreendedores e o mercado.	2022	
4.6 Disponibilizar um «Guia de Melhores Práticas para a contratação de serviços TIC».	2021 renovado anualmente	
4.7 Constituir comunidades de práticas em torno de metodologias, normas ou tecnologias do modelo comum.	6 comunidades	

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
4.8 Analisar em que termos poderá ser efetuada uma renovação dos recursos humanos da AP em áreas estratégicas das TIC e ciência de dados.	5 áreas especializadas	
4.9 Ponderar os métodos e condições para a retenção de recursos de elevado valor ou com competências TIC essenciais na AP.	2023	
4.10 Promover, sempre que possível, o equilíbrio de género entre os participantes nas atividades de reforço de competências digitais.	Mínimo de 40 % de cada sexo	

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
5.1 Implementar uma estratégia <i>cloud</i> da AP que privilegia a contratação de serviços de <i>cloud</i> pública (disponível abertamente através da Internet), garantindo a soberania e segurança dos dados.	2022	
5.2 Ligar todas as áreas governativas e os principais organismos públicos através de uma rede comum redundante (ponto de troca de tráfego da AP-PTT) que permite disponibilizar e consumir os serviços digitais.	2022	
5.3 Disponibilizar repositório para partilhar e reutilizar código aberto desenvolvido pela AP.	2022	

Objetivos Estratégicos

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Objetivos Estratégicos cumpridos

 Objetivos Estratégicos em curso

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	ESTADO
6.1 Promover a certificação das entidades da AP no Quadro Nacional de Referência em Cibersegurança (QNRCS).	80 % entidades TIC	
6.2 Adesão das entidades públicas aos sistemas de suporte ao Quadro Situacional Nacional (PANORAMA) para a cibersegurança nacional.	2023	
6.3 Desenvolver um mecanismo que permita que os cidadãos, com a máxima autonomia e independência (com acessibilidade) e num único local, conheçam e autorizem a troca de informação pessoal detida pela AP.	2021	
6.4 Reforçar a adoção de meios seguros de identidade digital, com acessibilidade, para simplificar a vida aos utilizadores, tirando partido de tecnologias emergentes como por exemplo a biometria.	4 milhões CMD ativas	
6.5 Disponibilizar serviços de prova da identidade e de atributos no telemóvel através do ID.gov, inclusive para funcionários públicos.	2023	
6.6 Promover o alargamento de âmbito e a adoção da assinatura com atributos profissionais.	2023	

ANEXO II

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 1.1 MODELO COMUM PARA O DESENHO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
1.1.1 Criação de campanhas de comunicação dos serviços digitais da AP	AMA	
a) Identificação dos 20 principais serviços prestados por cada área governativa, identificando os serviços disponíveis no canal digital	Representante Ministerial	-
1.1.2 Criação 1ª versão do modelo comum para desenho e desenvolvimento de serviços públicos digitais	AMA	
1.1.3 Avaliação e desenvolvimento de 2ª versão do modelo comum para desenho e desenvolvimento de serviços públicos digitais	AMA	
1.1.4 Criar e disponibilizar orientações para a Administração Pública sobre a tradução de serviços públicos digitais, procurando incentivar a utilização da ferramenta de tradução automática, em especial as disponibilizadas pela Comissão Europeia	AMA	

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 1.2 SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS DE NOVA GERAÇÃO

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
1.2.1 Disponibilização de novos serviços públicos digitais de elevado valor	AMA	
a) Proposta de plano para adoção do modelo comum de desenho de serviços públicos digitais 2021-2026 em cada área governativa	Representante Ministerial	-
1.2.2 Criação plano de ação para a promoção de serviços digitais inclusivos	AMA	
a) Proposta de plano para a adoção da Declaração de Acessibilidade e Usabilidade (DL 83/2018) e atribuição de Selo de Usabilidade e Acessibilidade a todos os serviços digitais em cada área governativa	Representante Ministerial	-
1.2.3 Criar plano de comunicação das soluções transversais da AP a todos os organismos	CTIC	
a) Identificação e plano de ação para utilização de soluções transversais das áreas governativas que podem incorporar as soluções AP	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 1.2 SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS DE NOVA GERAÇÃO

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
1.2.4 Disponibilizar uma arquitetura de referência para suportar um novo paradigma de trabalho na AP, promovendo o trabalho colaborativo	AMA	
a) Identificação e elaboração de plano para a disponibilização de serviços públicos numa lógica multicanal	Representante Ministerial	-
1.2.5 Disponibilizar uma solução para as empresas e cidadãos que permite o envio das faturas para o endereço eletrónico associado ao contribuinte aderente	Ministério das Finanças, Estrutura de Missão Portugal Digital e AMA	

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 2.1 DADOS ABERTOS E REUTILIZAÇÃO

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
2.1.1 Criação de Plano de Ação para os Dados Abertos na AP	AMA + CTIC	
a) Identificação e elaboração de plano para disponibilização dos High value datasets existentes em cada área governativa	Representante Ministerial	-
b) Identificação e elaboração de plano para partilha dos datasets representativos da atividade de cada área setorial	Representante Ministerial	-
c) Identificação de datasets de outras áreas governativas cuja disponibilização permitiria simplificar ou aumentar a eficiência e qualidade da tomada de decisão	Representante Ministerial	-
2.1.2 Criação de infraestrutura para suportar o consumo de dados em tempo real no dados.gov	AMA	
a) Identificação de serviços que produzem e beneficiariam do consumo de dados em tempo real	Organismos da AP	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 2.1 DADOS ABERTOS E REUTILIZAÇÃO

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
2.1.3 Criar Portal da Transparência	AMA	
a) Identificação dos principais indicadores e disponibilização dos dados essenciais da área governativa em dados.gov	Representante Ministerial	-
2.1.4 Alargar o GIAP a todo o atendimento da AP (lógica multicanal)	AMA	
a) Disponibilizar acesso e publicação como dados abertos de dados relativos ao atendimento pelos diversos canais dos serviços mais procurados	Top 3 organismos de cada área	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 2.2 SERVIÇOS COM RECURSOS A MODELOS DE DECISÃO AUTOMÁTICA

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
2.2.1 Disponibilizar nova versão do GuIA - guia e ferramenta de avaliação para a IA Ética na AP e incorporar nos processos de parecer prévio e de avaliação de candidaturas para financiamento	AMA	
a) Avaliação de todos os projetos de inteligência artificial a decorrer quanto a critérios éticos e de responsabilidade	Organismos com projetos IA financiados por FCT e SAMA	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 3.1 ARQUITETURA E CATÁLOGO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
3.1.1 Desenho de arquitetura transversal de referência para AP	CTIC	
a) Elaborar arquitetura setorial de referência com base na arquitetura transversal	Representante Ministerial	-
3.1.2 Disponibilização no CES de funcionalidades que permitam a gestão setorial do catálogo de serviços	CTIC	
a) Revisão e carregamento no CES dos catálogos de serviços setoriais	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 3.2 CATÁLOGO DE DADOS E INTEROPERABILIDADE

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
3.2.1 Disponibilização de catálogo de serviços e dados AP na iAP - seguindo estrutura do CES	CTIC	
a) Identificação dos dados e serviços digitais que a área governativa necessita para automatizar serviços e implementa o conceito "only-once"	Representante Ministerial	-
3.2.2 Integrar todos os serviços no Ponto Digital Único	AMA	
a) Integração dos principais serviços de cada área governativa no Ponto Digital Único	Representante Ministerial	-
3.2.3 Catalogação dos dados e serviços disponíveis na IAP	AMA	
a) Integração na iAP dos serviços e dados relativos aos principais registos: pessoas, empresas, imóveis, veículos, educação, saúde, impostos, segurança social e administração interna	Organismos com Principais Registos da AP	-
b) Integração na iAP dos 5 serviços e dados relativos aos principais registos de cada área governativa	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 3.2 CATÁLOGO DE DADOS E INTEROPERABILIDADE

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
3.2.4 Disponibilização na iAP de solução para catalogação das API da AP	AMA	
a) Identificação de API's a serem disponibilizadas através da iAP	Representante Ministerial	-
b) Catalogação de API's na iAP	Representante Ministerial	-
3.2.5 Promover o desenvolvimento de serviços automáticos/"seamless" e do princípio "only-once" através da iAP	AMA	
a) Identificação e elaboração de plano para a disponibilização de serviços públicos da área governativa que implementam o princípio "only-once"	Representante Ministerial	-
b) Disponibilização por cada área governativa de 3 serviços públicos digitais que não exigem a intervenção dos cidadãos ou empresas utilizando a iAP	Organismos da AP	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 3.2 CATÁLOGO DE DADOS E INTEROPERABILIDADE

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
3.2.6 Alargar a interoperabilidade documental a todos os organismos que trocam documentos dentro da AP	AMA	
a) Elaboração de plano para a integração na interoperabilidade documental dos principais processos intra-setores que implicam a troca de documentos entre organismos da mesma área setorial	Representante Ministerial	-
b) Elaboração de plano para integração dos processos entre áreas governativas na plataforma de interoperabilidade documental	Representante Ministerial	-
3.2.7 Promover a definição e evolução da arquitetura de referência transversal da AP por forma a incorporar os requisitos de interoperabilidade, dados abertos e outros que se venham a mostrar relevantes tais como os necessários ao desenvolvimento de cidades inteligentes.	AMA	

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 4.1 CXO SETORIAL (RESPONSÁVEL SETORIAL PELA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL)

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
4.1.1 Capacitar os Representantes Ministeriais para a função de transformação digital	AMA + INA	
a) Formalização da função de transformação digital setorial	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 4.2 PROGRAMA DE FORMAÇÃO TIC.GOV.PT

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
4.2.1 Produção de cursos nas diversas áreas digitais para capacitação TIC na Plataforma NAU	AMA + INA	
a) Mapeamento das necessidades de formação para colaboradores AP em eixos digitais estruturantes	Representante Ministerial	-
4.2.2 Criar parcerias com universidades para capacitação e desenvolvimento de projetos na AP	AMA	

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 4.3 COMUNIDADES DE PRÁTICAS

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
4.3.1 Criar plataforma para promover a colaboração com a sociedade civil na capacitação e desenvolvimento de projetos	AMA	
a) Identificar projetos para promover colaboração da sociedade civil	Representante Ministerial	-
4.3.2 Promover a partilha de recursos na realização de projetos de elevado valor para a AP	DGAEP	
a) Identificação de recursos para participação em projetos de âmbito transversal na AP	Organismos da AP	-
4.3.3 Implementação de Comunidade de práticas em Acessibilidade e Usabilidade Digital, Interoperabilidade e em Dados Abertos, entre outras a definir	AMA	
a) Identificação das temáticas de maior interesse para os organismos da área governativa	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 4.4 CONTRATAÇÃO TIC

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
4.4.1 Promoção da inovação através de processos de contratação	ESPAP	
4.4.2 Disponibilizar repositório centralizado de especificações e boas práticas em contratação das TIC	ESPAP	
a) Identificação de melhores práticas e casos de exemplo existentes nas áreas governativas	Representante Ministerial	-
4.4.3 Criar plano de captação de jovens licenciados em articulação com as universidades	AMA	
a) Identificação de melhores práticas e casos de exemplo existentes nas áreas governativas	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

- ☒ Ações Transversais cumpridos
- ☐ Ações Transversais em curso

MEDIDA 4.5 OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DIGITAL E TECNOLOGIAS EMERGENTES

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
4.5.1 Criação de Observatório de Inovação Digital e Tecnologias Emergentes	AMA	
a) Identificação de áreas para desenvolvimento de soluções	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 4.6 EQUILÍBRIO DE GÉNERO NAS TIC

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
4.6.1 Desenvolvimento de plano de iniciativas de divulgação, captação e retenção de mulheres no desempenho de funções TIC na AP (incluindo diagnóstico de situação)	AMA + CIG + DGAEP	
a) Mobilização das organizações	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 5.1 ESTRATÉGIA CLOUD

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
5.1.1 Disponibilizar os instrumentos da Estratégia Cloud AP	CTIC	
a) Definição de plano setorial para a migração para a Cloud Pública	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 5.2 REDE DE COMUNICAÇÕES DA AP

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
5.2.1 Adoção generalizada do Ponto de Troca de Tráfego (PTT) a nível transversal e setorial	ESPAP	
a) Criação de plano de ação para integração dos organismos da AP no PTT	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 5.3 CÓDIGO ABERTO DA AP

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
5.3.1 Definição de modelo de incentivos e plataforma para a partilha de código aberto da AP	AMA	
a) Criação de plano de ação para partilha de código aberto	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 6.1 CONFORMIDADE COM O QUADRO NACIONAL DE REFERÊNCIA PARA CIBERSEGURANÇA (QNRCS)

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
6.1.1 Criar o ecossistema de certificação para o QNRCS no âmbito do Quadro Nacional de Certificação em Cibersegurança	CNCS	
a) Certificação das entidades TIC em QNRCS	Organismos da AP	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 6.2 IDENTIDADE DIGITAL SEGURA

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
6.2.1 Alargar o certificado de atributos profissionais a todos os funcionários públicos	AMA	
a) Implementação do certificado de atributos profissionais em todos os organismos	Organismos da AP	-
6.2.2 Adoção generalizada de autenticação eIDAS pelas soluções da AP	AMA	
a) Integração de autenticação com eIDAS em todas as soluções da área governativa	Organismos da AP	-
6.2.3 Criação de plano de ação para implementação de mecanismos de autenticação forte	GNS + AMA	
a) Integração de mecanismos de autenticação forte nos sistemas existentes	Organismos da AP	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 6.2 IDENTIDADE DIGITAL SEGURA

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
6.2.4 Alargar a aplicação do ID.gov para funcionários públicos	AMA	
a) Efetuar plano para disponibilizar e reconhecer cartões e identificadores no ID.gov	Organismos da AP	-

Ações Transversais

- I. Serviços Públicos Digitais
- II. Valorização dos Dados
- III. Arquiteturas de Referência
- IV. Competências TIC
- V. Infraestruturas e Serviços das TIC
- VI. Segurança e Confiança

-  Ações Transversais cumpridos
-  Ações Transversais em curso

MEDIDA 6.3 PRIVACIDADE E CONTROLO DOS DADOS PELO CIDADÃO

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
6.3.1 Disponibilização de mecanismo de autorização de acesso a dados públicos por cidadãos - Os meus dados	AMA	
a) Definição de plano setorial para a integração dos sistemas detentores de dados pessoais no sistema "Os meus dados"	Representante Ministerial	-

Ações Transversais

I. Serviços Públicos Digitais

II. Valorização dos Dados

III. Arquiteturas de Referência

IV. Competências TIC

V. Infraestruturas e Serviços das TIC

VI. Segurança e Confiança

 Ações Transversais cumpridos

 Ações Transversais em curso

MEDIDA 6.4 CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO SITUACIONAL DA CIBERSEGURANÇA NACIONAL

AÇÃO TRANSVERSAL	RESPONSÁVEL	ESTADO
6.4.1 Adesão ao PANORAMA	CNCS	
a) Adesão das entidades da AP ao PANORAMA	Organismos da AP	-

